

Recensões

Ana Hutz, *Homens de nação e de negócios: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640)*, São Paulo, Intermeios, 2017. 209 pp. ISBN: 978-85-8499-087-0.

Nas últimas décadas, os estudos sobre os cristãos-novos e judeus de origem portuguesa ganharam fôlego e deram origem a uma série de artigos, dissertações, teses e livros que abordam a presença sefardita pelo Mundo Moderno, ultrapassando as fronteiras da dominação ibérica e de seus impérios coloniais e assumindo dimensões globais.

Vários pesquisadores exploraram em suas investigações trajetórias individuais e redes de contato e de comércio que esmiuçaram as vivências, ações e instâncias da ação dos antigos judeus portugueses e seus descendentes. Exemplo disto, entre tantas outras obras que vieram à luz dos dois lados do Atlântico que fala português (e mais além, posto que não se limitam a estudos portugueses e brasileiros), é o *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses – Mercadores e Gente de Trato*, dirigido e lançado em 2009 pelo Professor António Marques de

Almeida, então diretor desta Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste. Ou ainda, de como o assunto é praticamente obrigatório em eventos acadêmicos sobre as múltiplas facetas dos impérios ibéricos entre os séculos XVI e XVIII, em que a atuação neoconversa é apresentada em espelhos distintos e complementares.

O livro que aqui se apresenta, da historiadora brasileira Ana Hutz, é igualmente reflexo da riqueza e multiplicidade de abordagens sobre os neoconvertos que marcaram espaço na Modernidade em diferentes espaços, funções, dinâmicas e processos, em histórias de tragédias e de sucessos que preenchem documentos variados que tratam de suas vivências. *Homens de nação e de negócios: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640)*, resulta de sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo em 2014, e que ganha formato em livro com texto praticamente sem modificações da versão acadêmica.

Nele, a autora propõe-se a emaranhar três variadas instâncias: a ação da Inquisição sobre os cristãos-novos, suas estratégias de resistência perante as ações persecutórias,

e a construção de redes comerciais que se expandiam pelos quatro cantos do mundo conhecido, tornando a diáspora sefardita sinônimo deste momento de protoglobalização que se tornou possível, em grande medida, pela empreitada neoconversa, que ajudou a tornar termos como *cristão-novo*, *comerciante* e *português* praticamente sinônimos. Trama, com consciência, a teia que une instituições, religiosidades, indivíduos e práticas mercantis, fazendo um diálogo direto, como afirma Stuart Schwartz no prefácio que assina, do estudo dos mercadores cristãos-novos com a história das inquisições ibéricas. O recorte temporal da pesquisa é o período da união entre as coroas de Portugal e de Espanha, entre 1580 e 1640, procurando desvelar as implicações das relações e tratos dos neoconvertos com o governo filipino. Segundo a própria autora (p. 17), “Trata-se de um período de acirramento das questões ligadas à identidade cristã nova justamente por ter unido, de uma maneira muito controversa, Portugal e Espanha. Para os homens de negócio e cristãos-novos portugueses surgiram novas possibilidades de comércio, mas, com elas, configuraram-se formas renovadas de opressão”.

Sem dúvida, os sefarditas desempenharam papel fulcral no teatro da expansão ibérica: expulsos os judeus da Espanha e em seguida de Portugal, uma parcela migrou em direção a outras regiões da Europa, dos Orientes próximo e distante, para espaços insulares, para a África, para a América. Os que ficaram, foram transformados forçadamente em cristãos-novos, abandonando, adaptando ou disfarçando, dentro do possível, os costumes e crenças dos antepassados, a buscar (ou pelo menos, fingir) integração no

mundo católico. Formaram mão-de-obra indispensável para as conquistas, auxiliaram nas dominações e nos tratos comerciais, atuaram como intérpretes, navegadores, soldados, administradores e até religiosos, moldaram acordos políticos com outros reinos e governantes...

Ironicamente, os indivíduos de origem judaica, mal vistos e indesejados socialmente, perseguidos pelas Inquisições ibéricas, foram dos grandes responsáveis pelas conquistas de novos territórios e pelo aumento da presença e defesa dos interesses de portugueses e espanhóis pelo mundo, estruturando negócios e redes internacionais de comércio que auxiliaram na conquista, sedimentação e aumento do poderio destes impérios. Episódios que aproximavam ou distanciavam os neoconvertos dos interesses do reino, ao mesmo tempo marginalizados e indispensáveis, e que foram, na longa duração, ajudando a conceber uma identidade própria que talvez os caracterizasse mais pelo que pensavam deles do que efetivamente pelo que imaginavam ser.

No que tange à sua concepção, o livro desenha-se em duas partes (ao mesmo tempo independentes e complementares) e seis capítulos, partindo de uma visão geral para finalizar com uma análise microanalítica através de estudo de caso. A parte primeira, “Estratégias de sobrevivência”, pretende um panorama do problema da presença sefardita na Península Ibérica antes e depois da conversão forçada que em fins do Quatrocentos transformaria judeus em cristãos batizados. Os capítulos abordam o problema judaico e neoconverso desde os primórdios, as inúmeras tratativas com

as Coroas, as pressões sociais de que eram vítimas, passando pelas perseguições movidas pelo Santo Ofício e os esforços de defesa e de resistência. O capítulo 1, “Judeus e cristãos-novos na Península Ibérica”, trata da presença judaica na região em tempos de livre crença, e do posterior processo de expulsão e/ou conversão forçada levada a cabo em fins do século XV pelos monarcas espanhol e lusitano, pondo fim ao longo período de liberdade religiosa e de convivência entre cristãos, mouros e judeus no canto mais ocidental do continente. “Os cristãos-novos e a Coroa”, título do segundo capítulo, tem como enfoque as relações entre os neoconvertos e os governos da Casa de Habsburgo de Filipe II, Filipe III e Filipe IV (respectivamente, Filipe I, Filipe II e Filipe III de Portugal), evidenciando as especificidades enfrentadas na forma de trato perante cada ocupante da Coroa hispânica. O capítulo 3, “Cristãos-novos e a Inquisição”, discute o surgimento, estruturação e dinâmicas de funcionamento das Inquisições portuguesa e espanhola – incluídos os tribunais instaurados na América e a ação dos representantes do Santo Ofício no Novo Mundo –, focando na perseguição aos cristãos-novos. O quarto e último capítulo desta primeira parte, “Cristãos-novos, Coroa e Inquisição”, analisa as negociações e conflitos existentes nas difíceis relações entre os sefarditas, a Coroa e o Santo Tribunal, verticalizando a análise em dois episódios sintomáticos que evidenciam o difícil contato nos esforços de acordo entre as partes – o perdão geral concedido aos cristãos-novos em 1604 e a invasão holandesa à Bahia, ocorrida em 1624. A segunda parte, intitulada “As estratégias de negócios

da família de António Fernandes d’Elvas”, apresenta, a partir de um estudo de caso, a trajetória de uma família neoconversa com negócios capilarizados por vários espaços e ramos de atividade, e que acabaria duramente atingida pela perseguição inquisitorial. Assim, o capítulo 5, “Caracterização das redes de comércio cristãos-novos”, discorre sobre a formação e funcionamento das redes mercantis capitaneadas por neoconvertos que se espalhavam pelos quatro cantos do mundo, fazendo circular mercadorias, capitais, pessoas, notícias e ideias. Eram, para além de importantíssimas rotas econômicas, também redes de apoio e assistência, informando sobre a ação inquisitorial e as possibilidades de defesa do grupo neoconverso, criando teias de proteção aos que se sentiam ameaçados pelo Santo Ofício – uma dentre as tantas formas de resistência, por vezes invisíveis, dos descendentes da *gente da Nação*. O capítulo 6, “A família de António Fernandes d’Elvas”, encerra a obra com a trajetória do clã, com foco no comerciante que o chefiava, António, reconhecidamente um dos mais importantes homens de negócio do período, e suas tentativas de sobrevivência perante o Santo Ofício, exemplificando, do micro ao macro, e através de modelo típico das táticas de negócio e das estratégias de famílias neoconvertas perante o *Monstrum Horrendum* que bradava *Misericórdia e Justiça* durante a longa noite da intolerância que por mais de três séculos afligiu a todos.

A investigação balizou-se em documentação variada, em boa parte inédita, consultada em arquivos espanhóis, portugueses e brasileiros, como o Archivo General de Simancas, Archivo Histórico

Nacional (Madri), Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hutz entremeou e soube fazer conversar fontes inquisitoriais, como processos, inventários, livros de visitas, papéis avulsos e documentação geral do Santo Ofício, com documentos de chancelarias reais, livros contábeis, documentações particulares de famílias, contratos de negócios, registros de embarcações, controle de fornecimentos de escravos e de tráfico de produtos diversificados, correspondências reais.

Ao longo de toda a obra, Ana Hutz demonstra como o problema judaico – ou sefardita, da Nação, cristão-novo, neoconverso, marrano, forçado, batizado em pé, se assim o preferirmos – ganhou contornos específicos no mundo ibérico e seus domínios, forjando identidades e formas de crer; alimentando resistências obstinadas e modelos de discurso perante os olhares atentos da sociedade, do Estado ou da Igreja; construindo alianças comerciais e mecanismos de defesa. Mas a pesquisa auxilia a repensar o estereótipo (falseado, como todo ele, por definição, o é) de que todo cristão-novo se encaixa no espectro do criptojudeu, suspeito em potencial de manutenção da crença dos antepassados e, por isso, ameaça direta à pureza cristã: Hutz os apresenta, antes, pelo viés dos negócios do que pelas preocupações de fé, embora não perca esta segunda questão de vista. Demonstra que nem os sefarditas – nem tampouco a Inquisição, o Estado e a sociedade que os perseguiram – eram iguais, monolíticos ou agiam de forma idêntica:

uma história dos homens, antes de ser uma história das instituições.

Deixa claro que, apesar das ameaças que sofriam, o medo da perseguição não era paralisante: reinventavam-se, organizando formas de contato, construindo modelos de comércio, ascendendo economicamente e “enobrecendo-se” pelo dinheiro. Fossem judaizantes, cristãos convictos, homens laicizados ou de tudo um pouco em gradações e níveis específicos e particularizados de indivíduo a indivíduo, equilibravam-se entre as tentativas de defesa de seus direitos e o compromisso com a expansão e enriquecimento do império, ao mesmo tempo em que buscavam escapar da violência física, das pressões psicológicas e das ameaças que os cercavam. A identidade que construíram, para além do estigma de ameaça à pureza católica, envolvia características como mobilidade, que permitia suas movimentações em localidades espalhadas pelo mundo; flexibilidade nos negócios e circulação de capitais, que fluíam de acordo com os interesses e rentabilidades de investimentos; capacidade de negociação, tanto nos negócios quanto nas políticas de proteção aos cristãos-novos junto à Corte e demais instituições de poder, seja laico seja eclesiástico; diversidade das estratégias, englobando as características anteriores, tornando-os homens camaleônicos, adaptando-se às múltiplas experiências que encontravam, mesclados nos mais diversos âmbitos da sociedade, na economia e na política, buscando proteger suas famílias e seus investimentos, a montar redes cada vez mais complexas.

As redes comerciais dos homens de nação e de negócios, sem dúvida, representam

papel de destaque no capitalismo comercial da Época Moderna e foram fundamentais para moldar a identidade neoconversa e as caleidoscópicas formas de resistência. Embora de abrangência e importância inegável tanto para os cristãos-novos quanto para a Coroa, eram apenas as superfícies visíveis de uma estrutura muito mais profunda, organizada, dinâmica e envolvente que reinventava o modo de estar no mundo deste grupo. O livro de Ana Hutz deixa isto bem claro, ao desvelar, sob a epopeia neoconversa, este entrecruzar de pessoas e estruturas em suas várias camadas de contato.

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS

Universidade Federal de Viçosa – Brasil

Cátedra de Estudos Sefarditas

Alberto Benveniste

Ángel Berenguer Amador, *El libro sefardí “La güerta de oro” de David M. Atías (Liorna, 1778). Edición y estudio lingüístico del verbo, Zaragoza, Lausanne, Pórtico, Sociedad Suiza de Estudios Hispánicos, 2017. 445 pp. ISBN: 978-84-7956-172-7.*

En este volumen, Berenguer Amador ofrece al lector la edición del libro “La güerta de oro” (Liorna, 1778), compuesto por David M. Atías, así como un estudio lingüístico pormenorizado de la morfosintaxis verbal del texto.

Dentro de la historia de la literatura sefardí, este texto tiene un papel destacado en tanto que, como se afirma en la introducción, “es la obra de tema profano más antigua que

conocemos en judeoespañol y esta temática profana la diferencia literariamente del resto de la producción sefardí coetánea” (p. 13). En efecto, a finales del siglo XVIII los textos sefardíes eran, por lo general, de carácter religioso, de modo que Atías fue un precursor con este intento de occidentalización a través de la incorporación de géneros de carácter profano –“el autor ha elegido como género literario principal la miscelánea” (p. 28)–, aunque con poco éxito: “El hecho de que tardaran aproximadamente un siglo en aparecer nuevas obras de géneros similares indica que Atías no consiguió el fin que pretendía (al menos de forma inmediata), pues este camino por él emprendido no tuvo continuación, sino que se alcanzó como resultado natural de la evolución de la sociedad sefardí” (p. 14).

La presente publicación se abre –tras un breve preámbulo de agradecimientos (pp. 9-10), donde también se hace referencia a que este libro emana de la tesis doctoral del autor– con un estudio introductorio de carácter general (pp. 13-45) en el que se plantean diversas cuestiones en torno a “La güerta de oro”, tales como los estudios previos (pp. 14-19), los ejemplares conservados (pp. 20-21), la intención y el contenido de la obra (pp. 22-28), o las fuentes empleadas por Atías (pp. 33-37), entre otros aspectos. Ocupan, asimismo, un lugar destacado, los dos últimos apuntes que contiene la introducción: los criterios de edición (pp. 37-43) y la justificación de centrar el estudio en la morfología y la sintaxis del verbo (pp. 43-45).

Tras el estudio introductorio, se ofrece la edición de *La güerta de oro* (pp. 51-219). Para la transcripción en caracteres